

Educação Infantil de 0 a 3 anos na Itália:
Alguns dados sobre financiamento na região da *Emilia Romagna*

Maria Aparecida Antero Correia
Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo (FEUSP)

Introdução

A hegemonia neoliberal no pensamento econômico mundial nas décadas de 80 e 90 resultou em grandes transformações para a sociedade que alteraram a conformação de suas economias e políticas sociais. No caso dos países europeus, foram fortemente questionadas as bases de conformação dos regimes de *Welfare State*, que após a Segunda Guerra Mundial constituiu os 30 anos dourados do capitalismo com pleno emprego, extensas políticas sociais, produção e consumo de massa.

O neoliberalismo propagou como receita, dentre outras, propostas de reestruturação da administração pública com foco na diminuição do tamanho do Estado e das políticas de seguridade social. Mas, apesar desse discurso ser hegemônico, a adoção das políticas neoliberais aconteceu de formas diferenciadas em conteúdo e/ou em profundidade em sua efetivação. Na realidade ocorreram mudanças e transformações que criaram nos anos 80 e 90 uma nova fase do Estado de bem-estar:

Uma nova fase do estado de bem-estar, em que transformações qualitativas ocorreram – menos intensamente no desenho macro e mais extensamente na arquitetura micro dos programas, em que residem regras de inclusão e generosidade – e uma redivisão público-privada se delineia. Ainda que as mudanças não caracterizem alterações radicais, observa-se um incremental deslocamento de um *welfare* de seguridade em duração a um *welfare* de serviços. (KERSTENETZKY, 2012, p. 86).

De outro lado, no campo da educação, existe forte tendência em aumentar a participação do setor privado, caracterizando um processo de privatização, que pode “entendido, de forma abrangente, como a transferência, por parte do poder público, da responsabilidade pela efetivação do direito à educação formal para o setor privado”. (ADRIÃO; PINTO, 2016, p. 11).

Na Itália, a partir dos anos 2000, essa tendência aumentou em decorrência de crises econômicas e da política de austeridade. Os municípios, responsáveis pelo oferecimento da educação de 0 a 6, começaram a criar soluções “que embora tenha diminuído a gestão direta, procurou salvaguardar a continuidade das experiências municipais”. (NERI, 2016).

O autor ainda menciona que a opção de saída da gestão direta, por meio de terceirização ou privatização a favor de um sujeito privado independente encontra forte

resistência da população e dos sindicatos, principalmente nas regiões onde existe consolidada educação infantil de qualidade. Os gestores públicos, neste caso, correriam o risco da perda de consenso político e social. Assim, se expandem soluções intermediárias entre gestão direta e mercado, como a transferência pelos municípios da gestão a fundações ou sociedades de capital misto.

No país, a obrigatoriedade da escolarização é dos 6 aos 16 anos, excluída a Educação Infantil. Como no Brasil, ela é dividida em duas etapas: *Nido d'infanzia*: de 0 a 3 anos e *Scuola dell'Infanzia*: de 3 a 6 anos. Os *nidi*, não fazem parte do sistema de educação e não recebem recursos do Ministério da Educação, mas do sistema de proteção social, principalmente do *Fondo per le Poticiche della Famiglia*. Outra diferença fundamental em relação ao Brasil é que as creches são serviços de interesse público, mas não são gratuitas.

Segundo Fortunati (2007) existe uma má distribuição dos serviços educativos para a primeira infância no território italiano, devido à ausência de uma política nacional, que decorre de uma legislação desatualizada que é de 1971; da falta de história nacional de interpretações originais e inovadoras dos modelos de organização e da estratégia de gestão e da noção de sistema integrado de serviços educacionais para as crianças mais avançada fazer parte apenas das situações locais e normativas regionais. Na tabela abaixo é possível confirmar a má distribuição dos serviços, com destaque para a distância entre Norte e Sul:

Tabela 1
Cobertura de creches para população de 0 a 2 anos
Algumas regiões selecionadas - 2015

Região	Localização geográfica	Nidi (creches)
Emilia Romagna	Norte	34,2%
Umbria	Centro	33,4%
Toscana	Centro	30,1%
Valle D'Aoesta	Norte	28,3%
Campania	Sul	3,9%
Calabria	Sul	10,1%
Sicilia	Sul	10,6%
Basilicata	Sul	13,8%

Fonte: *Dipartimento per le politiche della famiglia*.

A taxa de cobertura é calculada sobre a base de dados do *Istituto nazionale di statistica* relativo a população de 0 a 2 anos. Para as regiões de Calabria e Sicilia foi utilizada a base de dados de 2013.

A atual constituição política e administrativa é resultado de anos de discussão sobre o Estado Nacional, federalismo e autonomia regional, diante de um quadro de grande diversidade cultural e linguística. Assim, a Itália mantém sua descentralização administrativa em 20 regiões que têm grande autonomia para elaborar e implementar políticas públicas.

Enquanto as regiões do Norte e Centro têm um processo de desenvolvimento econômico e social vigoroso, as regiões do Sul, o chamado *Mezzogiorno*, apresentam características diversas. Destaca-se nas regiões do Norte, a *Emilia Romagna*, com população de 4.448.146, dividida em 9 Províncias (Estados) e 334 *Comunis* (municípios). Em 2016, que em 2016, dentre as regiões italianas, registrou o maior aumento real do Produto Interno Bruto, com o percentual de 1,4%, acima do crescimento nacional de 0,9%. (UNIONCAMERE EMILIA-ROMAGNA – REGIONE EMILIA-ROMAGNA, 2016).

Sabatinelli (2016) destaca ainda que o sucesso desta região, decorre da grande influência do Partido Comunista que a governou, exercendo forte influência desde a resistência ao Fascismo até a participação na elaboração da Constituição de 1948. Com mobilizações sociais e gestão democrática, os comunistas, na região, foram fundamentais para a implementação de importantes políticas voltadas para as áreas sociais. É o chamado *cinturão vermelho* da Itália.

A região também tem uma forte tradição de emancipação feminina, que força os governos locais e regionais a executar políticas para a igualdade de gênero, incluindo a criação de creches. Em contrapartida, no Sul, existe baixa ocupação feminina, baixos rendimentos, alta incidência de pobreza e queda da natalidade maior que no Norte. (Sabatinelli, 2016)

No campo da Educação infantil, a *Emilia Romagna* é um expoente mundial de Educação Infantil de qualidade, que nas últimas décadas demonstrou uma dinâmica diferenciada no que se refere às questões pedagógicas e às políticas públicas.

Objetivo e metodologia

Este trabalho faz parte dos dados iniciais da pesquisa de doutorado em educação, que tem por objetivo estudar o financiamento da Educação Infantil na Região da *Emilia Romagna*, Itália. Neste texto, são apresentados apenas alguns dados iniciais para a faixa de 0 a 3. Toda a coleta de dados foi realizada em páginas da *Internet* do poder público italiano em âmbito nacional, regional e local, e também nos *sites* de institutos de pesquisa e universidades.

A Educação Infantil na *Emilia Romagna*

Os serviços para a primeira infância (0 a 3) são regulamentados por legislação regional. A Lei nº 19 de dezembro de 2016, revogou a Lei Regional nº 1, de 2000 (um marco na estruturação do sistema educativo integrado para a primeira infância) e versa sobre quais serviços são oferecidos, a natureza integrada do sistema, a gestão, acesso, custos, etc. Na *Emilia Romagna* existem diferentes arranjos para oferecimento de vagas em creches, que podem ser de gestão direta, gestão terceirizada. Também podem ser oferecidas vagas pelo poder público em instituições privadas ou por meio de *vouchers*. A tabela abaixo demonstra a organização do sistema de serviços na cidade de Parma:

Tabela 2
Serviços educativos para crianças de 0 a 3 anos da Cidade de Parma

	Gestão Direta Municipal	Sociedade Mista ParmaZerosei	Sociedade Mista ParmaInfanzia	Privados com vagas conveniadas com Prefeitura*
<i>Nidi d'infanzia</i>	8	4	5	10
<i>Spazi Bambini</i>	1	-	3	2
<i>Centro Per bambini e genitori</i>	-	-	2	1
<i>Servizi domiciliare</i>	-	-	-	05
<i>Servizi Sperimentali</i>	05	-	-	-

Fonte: *Comune di Parma*.

a) Os *Nidi d'infanzia* correspondem às nossas creches e é um serviço educativo de interesse público, aberto a todas as crianças com idade entre quatro meses e três anos;

b) O *Spazio Bambini* é um serviço integrado às creches com modalidade organizativa e de funcionamento diversificado para acolher as crianças, e assegurar uma oferta flexível e diferenciada. Podem frequentar crianças de um a três anos;

c) Nos *servizi domiciliare* estão incluídas os (as) *Educatrici Domiciliari* e o *Piccolo Gruppo Educativo*. Os Serviços podem ser desenvolvidos na casa do educador ou em algum lugar estabelecido pelo ente público ou pelas entidades;

d) Instituições que recebem crianças de 0 a 6 anos.

*O município tem acordos com instituições educacionais privadas, com as quais reserva vagas para famílias classificadas no ranking do município. Os pais pagam o mesmo valor que pagariam numa unidade vinculada à administração pública.

A *Parmainfanzia* é uma organização criada em 2003, como sociedade de capitais mistos, constituída pela cidade de Parma com 51% das ações e pela cooperativa social Proges, que detém 49% das ações. A *ParmaZerosei* também é uma sociedade mista público-privada criada em 2011 composta por dois sócios: a *Comune* de Parma com 49% das ações e a ProGes que detém 51% das ações.

No ano de 2014 o valor do *voucher* regional era de € 250,00, direcionado para os pais que trabalham, e que a partir da análise do Indicador da Situação Econômica Equivalente (ISEE), não ultrapassem o valor de € 35.000,00. O ISEE é um instrumento que avalia a situação financeira dos italianos, considerando renda, patrimônio e características da família e também é referencial para a cobrança de tarifas.

Segundo Fortunati (2007), o custo total de uma creche por criança ao ano na Itália é não menos de € 6 a 8.000,00. Dependendo do tipo de gestão os custos trabalhistas podem girar em torno de 10 a 20%. Em estimativa, os custos são divididos em cerca de 60% para as *comunis*; 30% para as famílias e não mais de 10% para *Stato e Regioni*.

Apresentamos abaixo os parâmetros utilizados para cobrança de tarifas:

Tabela 3

Tarifas cobradas na cidade de Parma para acesso ao *Nido d'infanzia**

Valor ISEE (€)	Valor da tarifa única (€)	Valor tarifa mínima (€)	Valor tarifa máxima (€)
0,00 a 6.360,17	65,00**		
6.360,17 a 36.000,00		65,00	542,00
36.000,01 a 50.000,00		542,00	650,00

Fonte: *Comune di Parma*.

* *Nido d'infanzia* com horário das 7h30 às 16h.

**10% do valor da tarifa máxima cobrada

Para os pais que optam por horário prolongado (16h00 às 18h00) é cobrada cota mensal fixa de € 47,00.

Para cada dia de ausência é deduzido o valor de € 2,30.

Considerações Finais

É possível perceber grandes diferenças na estruturação do sistema de educação infantil da Itália em relação ao Brasil. No entanto, a articulação para oferecimento de vagas com setores privados e do terceiro setor está presente nos dois países. No caso italiano, a relação entre o público e o privado, incluindo o terceiro setor, criou diferenciados arranjos, quer seja para a gestão das instituições ou para o oferecimento de vagas. Outro aspecto importante é a diversificação do sistema com outros serviços parciais voltados às necessidades das famílias.

Também é possível inferir que a articulação publico-privado não tem afetado a qualidade oferecida, pois suas propostas são “a mais e não em vez de” (FARIA, 2005, p. 1.024). Ainda sobre os conveniamentos italianos, Faria (2009) afirma que:

Sem abrir mão da qualidade, a creche, que é o único segmento da educação pública italiana que ainda não é totalmente gratuita (mas continua sua luta para sê-lo), vem encontrando formas de conveniamento para garantir as vagas públicas: é o *privato sociale*, onde a formação continuada fica, sem dúvida, sob a responsabilidade da prefeitura com tantos anos de vivência na área (FARIAS, 2009, p. 11).

Assim, apesar dos vários arranjos executados dentro de uma discussão de redução/contenção de custos, as instituições italianas tendem a continuar oferecendo educação infantil de alta qualidade. Situação diferente do Brasil, onde os convênios e parcerias do setor

público com outras áreas privadas ou sociedade civil, tendem a precarizar os serviços afetando a qualidade oferecida para as crianças.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, T. M. de F; PINTO, J. M. R. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 37, nº. 113, jan., mar., 2016, p. 11-15.

COMUNE DI PARMA. **Bando per le iscrizioni al servizio nidi d'infanzia al servizi integrativi e spertimentali**. Ano scolastico 2017/2018. Disponível em <<http://www.comune.parma.it/servizieducativi/bandi-educativi/it-IT/Bando-nidi-dinfanzia-as2017-2018.aspx>>. Acesso em 31/05/2017.

DIPARTAMENTO POR LE POLITICHE DELLA FAMIGLIA. **Monitoraggio del Piano di Sviluppo dei servizi sócio-educativi per la prima infanzia (ECEC)**. Rapporto al 31 dicembre 2015. Disponível em: < <http://www.politichefamiglia.it> >. Acesso em 31/05/2017.

EMILIA ROMAGNA. ASSEMBLEA LEGISLATIVA. Le Politiche Regionali. Per conciliare lavoro e famiglia. I voucher per i nidi d'infanzia. **Missione Valutativa**, n. 1, 2011.

_____. **SOCIALE. Legge Regionale nº 19**. 25 novembre 2016. Servizi Educativi per la prima infanzia. Abrogazione dela L.R. n. 1 del gennaio 2000. Disponível em < <http://sociale.regione.emilia-romagna.it/infanzia-adolescenza>>. Acesso em 31/05/2017.

_____. UNIONCAMERE EMILIA-ROMAGNA. Disponível em <<http://www.ucer.camcom.it/>>. Acesso em 23/05/2017.

FARIA, A. L G. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil. **Educação e Sociedade**. nº 92, vol. 26, p. 1013-1038, Especial, Out/2005.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: FORTUNATI, Aldo. **A educação infantil como projeto da comunidade. Crianças, educadores, pais nos novos serviços para a infância e a família. A experiência de San Miniato**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTUNATI, A. Qualità, costi e sviluppo sostenibile dei servizi per l'infanzia. **Le politiche dei servizi educativi per l'infanzia: riequilibri territoriali e analisi dei costi. Gruppo Nazionale Nidi Infanzia. Quaderno 4**. Firenze, 2007. Disponível em <http://www.grupponidiinfanzia.it/wp-content/uploads/2013/09/Quaderno_4.pdf> Acesso em 23/05/2017.

KERSTENETZKY, C. L. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NERI, S. Garantire i servizi nella crisi. I processi di ibridazione dei servizi comunali per l'infanzia. **Politiche Sociali**, n.3, 2016, p. 441-458.

PARMAINFANZIA.< <http://www.parmainfanzia.it/>>. Acesso em 25/06/2016.

PARMAZEROSEI. <<http://www.parmazerosei.eu/>>. Acesso em 25/06/2016.

SABATINELLI, S. **Politiche per crescere. La prima infanzia tra cura e investimento sociale.** Società Editrice Il Mulino, Bologna, 2016.